

A QUESTÃO ENERGÉTICA NA AMAZÔNIA: ESTUDO SOBRE A POSIÇÃO E ATUAÇÃO DE ATORES TRANSNACIONAIS NA REGIÃO

Ana Luiza Gomes Marinho¹

Gustavo de Souza Figueiredo²

Luís Eduardo Santos Barros³

RESUMO

A riqueza em recursos naturais da Amazônia viabiliza a região a ter um grande potencial energético, trazendo com isso uma série de questões de ordem social, ambiental e de segurança. Devido a isso, surgiu a necessidade de equilibrar o desenvolvimento energético e a conservação ambiental, pautas que podem ter um enfoque díspar a depender do governo nacional predominante a cada período. Nesse contexto, as instituições transnacionais seriam um canal que potencializa a defesa de uma agenda ambiental que considera as demandas internas da sociedade civil, que obtém mais representatividade por meio dos atores transnacionais. Desta forma, foi desenvolvido um estudo exploratório que pretende fazer uma pesquisa bibliográfica e documental. Primeiramente, é preciso fazer uma contextualização e descrever a questão energética e a forma de atuar das instituições transnacionais na Amazônia. Depois, surgirá a oportunidade de melhor fundamentar a pesquisa, utilizando dados estatísticos oferecidos pelos vários órgãos estatais e internacionais. A natureza introdutória do artigo abre a possibilidade de aprofundamento das questões apresentadas para futuros trabalhos. Isso aconteceu por meio do levantamento da bibliografia concernente aos temas apresentados e a intensificação do debate acerca destes, permitindo situar de forma inicial as problemáticas presentes e os atores envolvidos.

Palavras-chave: Amazônia; atores transnacionais; segurança energética.

INTRODUÇÃO

O Estado brasileiro, desde a década de 1950, vem implementando políticas com a finalidade de diminuir a desigualdade entre as regiões. Por meio da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam), projetos foram criados com o objetivo de combater as mazelas que prejudicam toda a sociedade daquele local. Entre essas propostas, está a questão energética e a construção de hidrelétricas. A extração de minérios e o investimento em agropecuária também são ideias implementadas nesse período com a intenção de melhorar a vida das pessoas (Gumiero, 2023).

O neoextrativismo foi potencializado e sofreu uma especialização produtiva no século XX devido ao procedimento do Estado nos países da América Latina, fato conquistado graças ao dinheiro público e privado para explorar os bens não renováveis, como os hidrocarbonetos (petróleo e gás) e a construção de hidrelétricas (Rio Madeira). O eixo amazônico é importante para o uso e extração dos recursos naturais, com o objetivo comercializar o bioma por meio de planos logísticos e com a produção de energia (Svampa, 2019).

A questão energética na Amazônia é assunto intenso e importante para a soberania do país. Hoje, existem diversos atores transnacionais envolvidos na região e explorando seus recursos. A Empresa Russa Rosneft, empresas americanas (Chevron, ExxonMobil e Hess Corporation) e a empresa britânica Shell concorrem com a Petrobrás e as demais empresas de energia dos países vizinhos em busca de segurança energética para seus países (Mendonza, 2016; MME, 2017; Shell Brasil, 2022).

Júnior (2016) traz em seus estudos que os movimentos transnacionais são ações de grupos com a finalidade de conseguir que demandas suas ultrapassem as regras estatais. Organizações com ramificações em todo o mundo tentam criar ou alterar a governança em local ou temas específicos, impactando nos sistemas domésticos para que as políticas estejam de acordo com seus interesses. Isso se torna mais relevante quando é levado em consideração que as fronteiras estão ficando mais vulneráveis nas questões que ultrapassam a soberania e as decisões das autoridades locais.

O ativismo transnacional tem sido parte da história da Amazônia há muito tempo. Na década de 1970, empresas estrangeiras já faziam movimentos contra a venda de madeira para os países europeus e os Estados Unidos. Elas afirmavam que esse problema

era a principal razão do desflorestamento. Contudo, no final do século XX, uma inflexão ocorreu para que a madeira da Amazônia fosse novamente explorada, mas neste momento há um discurso de que era possível fazer isso de forma sustentável. Essa tese era defendida por Organizações Não Governamentais (ONGs) e tinha uma certificação da *Forest Stewardship Council* – FSC, que dava autorização moral, legal e sustentável. Ainda havia a influência do Banco Mundial (Zhourri, 2006).

A soberania energética de um país é essencial para sua inserção em um mundo multipolar, contudo, é preciso ter respeito e equilíbrio entre os aspectos sociais, ambientais e econômicos. Esse é um grande debate quando estamos falando de um dos lugares mais ricos do nosso continente. A construção de hidrelétricas na Amazônia tem muitos debates, com denúncias de desrespeito aos indígenas e aos povos ribeirinhos. Um desses casos é a da construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, que, apesar de ter vários pontos polêmicos, não deixou de ter interessados no leilão para a construção. Entre os interessados havia a Alcoa, empresa americana de extração de minérios, que já está presente na região (Coelho, 2011). Com o petróleo não é diferente e sua exploração, produção e refino também atraem muitos interessados. As empresas estrangeiras só foram autorizadas a entrar na região com a publicação da lei 9.748 de 1997, antes disso a União exercia o monopólio desses três processos desde os anos 50 (Carvalho, 2002).

Na abordagem do tema, também foram utilizados como fundamentação teórica as contribuições de autores como Markus Thiel, que traz a discussão sobre os atores e instituições internacionais. Além disso, as investigações de Arturo Escobar que traz como debate o desenvolvimento sobre uma ótica diferente das principais teorias das relações internacionais e distante do que seria esse processo da visão eurocêntrica, permitindo desse modo, uma análise robusta e abrangente no desenvolvimento do presente artigo.

A TRANSNACIONALIDADE

De acordo com Thiel (2017) o termo “Transnacional” no campo das Relações Internacionais é frequentemente atribuído à atuação de alguma organização além dos

limites do Estado, agindo fora da autoridade tradicional deste, assim, buscando seus objetivos com certa independência das considerações governamentais, por meio de uma atividade coordenada.

Desta forma, o autor aponta Atores Transnacionais (TNAs) como agentes ou grupos de cunho político, social, cultural e econômico que mantenham relação além das fronteiras, podendo ser representados por Organizações Internacionais, políticas, ONGs e grupos domésticos da sociedade civil. Semanticamente ainda, há uma distinção entre o termo “transnacional”, aplicado quando o principal ator é não-governamental, e “transgovernamental”, utilizado para designar a atuação de burocracias trabalhem com certa independências de outras partes do mesmo governo (Thiel, 2017).

Por se referir a um poder que envolve países, atores privados e públicos, e não somente Estados, a atuação transnacional está, portanto, ligada à ideia de coordenação política que transcende as limitações nacionais, distinta de um conceito de supranacionalismo, que, por sua vez, designa uma governança acima do nível estatal; os Atores Transnacionais, portanto, atuam em uma gama ampla de atividades tratadas de forma transfronteiriça, como movimentos sociais, companhias transnacionais, ONGs internacionais e ativismo social em combate ao terrorismo (Thiel, 2017).

No campo das Relações Internacionais, o transnacionalismo é percebido por uma variedade de formas: de acordo com as diversas teorias existentes e as visões destas sobre os Estados e o sistema internacional. Isso, juntamente com o reconhecimento de sua interação dinâmica com outros atores do campo político. Ademais, Risse (2002 *apud* Thiel, 2017) aponta que, com o crescimento da pesquisa sobre o tema nas últimas décadas, a produção atual entende que os Atores Transnacionais já possuem influência direta em termos de decisões e resultados obtidos.

O DESENVOLVIMENTO E A AMAZÔNIA

Arturo Escobar (2007) trouxe para o debate a questão do desenvolvimento para a sociedade. Ele afirmava que a expansão do que seria esse progresso acontece após a segunda guerra mundial, quando os países centrais espalham essa ideia para a periferia mundial. O discurso disseminado pelas nações sobre o conceito desenvolvimento faz parte de um mecanismo de poder que determina as regras do jogo com a finalidade de fazer os países atrasados alcançarem o mesmo nível.

Ocorre que isso só seria possível com a ajuda dos países ricos utilizando os exemplos e modelos próprios, sem ouvir as necessidades daquela região e sociedade. Esta seria constituída por povos pobres e incapazes de superar as suas próprias mazelas. A criação de regras, de instituições e de empresas fortalecem essa teoria, pois elas são conhecidas por agirem com impessoalidade, possuírem conhecimentos técnicos e respeitarem as normas jurídicas (Escobar, 2007).

O conceito de desenvolvimento na Amazônia, por sua natureza complexa e multifacetada, é objeto de intensos debates e considerações. Ao abordar o impacto do desenvolvimento nesta vasta região, é crucial transcender a análise estritamente econômica, expandindo a compreensão para contemplar dimensões sociais, ambientais e culturais. O desenvolvimento, entendido como o processo de aprimoramento das condições de vida de uma sociedade, transcende a mera prosperidade econômica, incorporando aspectos intrínsecos à identidade e ao bem-estar das comunidades amazônicas.

Nesse contexto, é imperativo explorar as interconexões entre o desenvolvimento e a exploração de recursos naturais na Amazônia, como madeira, minerais e a geração de energia a partir de usinas hidrelétricas. Essa associação frequentemente traz consigo implicações significativas para a sustentabilidade ambiental e o equilíbrio social da região. A compreensão profunda dessas relações complexas demanda uma análise holística, considerando não apenas os benefícios econômicos imediatos, mas também os impactos a longo prazo sobre as comunidades locais, a biodiversidade e os ecossistemas.

A história do desenvolvimento ligado a recursos naturais na Amazônia Brasileira foi impulsionada pelas políticas adotadas durante a ditadura militar. Segundo Monteiro (2005), a forma que o Brasil implementou seus novos objetivos foi pela adoção de políticas de desenvolvimento, tendo a articulação de interesse privados, em conjunto com o estabelecimento de uma ampla política de incentivos fiscais e de crédito, como exemplo das estratégias adotadas.

As perspectivas que orientavam a exploração visando o desenvolvimento da Amazônia estavam fundamentadas em concepções associadas à teoria do desenvolvimento, considerando-a um meio para superar o status de economia dependente que o país possuía. Essas abordagens podem ser compreendidas à luz da

teoria da dependência, uma corrente teórica nas Relações Internacionais que analisa as relações econômicas desiguais entre países. Logo, do ponto de vista econômico, da perspectiva teórica do desenvolvimentismo, o desenvolvimento na Amazônia muitas vezes é percebido como uma oportunidade de crescimento e prosperidade. A exploração de recursos naturais e a construção de infraestrutura, como estradas e usinas, geram empregos e atraem investimentos, como observado em uma pesquisa recente, que abrangeu observações ao longo de 19 anos em 41 países, revelou que um investimento público de US\$ 1 milhão em infraestrutura, como estradas, energia, água, saneamento, entre outros, resulta na criação de três a sete empregos diretos em países desenvolvidos, 10 a 17 em economias emergentes (como o Brasil) e 16 a 30 em nações de baixa renda (Pastore, 2022).

No entanto, essas atividades também têm o potencial de causar impactos negativos, como o desmatamento, a poluição e a degradação dos ecossistemas, o que pode comprometer a sustentabilidade a longo prazo, como é observado nos dados mais recentes de desmatamento da área: Considerando as informações fornecidas pelo Projeto de Monitoramento do Desmatamento na Amazônia Legal por Satélite (Prodes), registrou-se desmatamento de mais de 470 mil quilômetros quadrados no período de 1998 a 2021 (Freitas, 2023). A dinâmica atual de como a região funciona em relação ao desenvolvimento pode ser explicada com a mudança da dinâmica de exploração que ocorria na região no período de regime militar, essas mudanças são expostas por Prates e Bacha (2011, p. 629) que afirmam:

A dinâmica da economia da região, no período de 1946 a meados da década de 1960, foi marcada pelo aproveitamento dos recursos naturais sem a ocorrência de grandes danos ambientais em relação a sua dotação existente, exceto em áreas mais específicas. Já a fase de intervenção do regime militar, em meados da década de 1960 a meados da década de 1980, gerou, além de projetos e programas específicos de desenvolvimento, a abertura de frentes que estimularam o crescimento populacional e econômico, contribuindo para o desmatamento das áreas florestais

Em termos sociais, o desenvolvimento na Amazônia pode influenciar a demografia da região. A migração de pessoas em busca de emprego e oportunidades pode levar a mudanças na composição populacional e na dinâmica cultural. De acordo com Prates e Bacha (2011), a Amazônia Legal experimentou uma transformação demográfica significativa. Em 1970, era uma região com uma população extremamente escassa de 8,2 milhões de habitantes, dada a sua vastidão territorial.

No entanto, essa dinâmica evoluiu para 17 milhões de habitantes em 1991 e, posteriormente, para 21 milhões em 2000. Consequentemente, a densidade demográfica cresceu de apenas 1,7 habitante por quilômetro quadrado em 1970 para 4,2 habitantes por quilômetro quadrado em 2000.

Nesse contexto, comunidades indígenas e tradicionais muitas vezes enfrentam desafios significativos, incluindo a perda de terras e modificações em seus modos de vida. A Amazônia é uma das principais florestas do mundo, desempenhando um papel crucial na regulação do clima global e na manutenção da biodiversidade. Por isso, o desenvolvimento precisa ser sustentável e voltado para o combate do desmatamento, da poluição da água e do ar, além da degradação dos habitats naturais, ameaçando a riqueza da região.

A QUESTÃO ENERGÉTICA E OS ATORES INTERNACIONAIS DA AMAZÔNIA

A questão energética na Amazônia envolve uma série de fatores interligados, desde as demandas crescentes por energia, o potencial hidrelétrico da região, a pressão sobre os recursos naturais e os impactos ambientais e sociais resultantes das atividades de geração de energia. A Amazônia, como a maior floresta tropical do mundo, é rica em recursos naturais, incluindo um enorme potencial para a geração de energia, principalmente, a partir de fontes renováveis, como a hidroeletricidade. Os rios amazônicos oferecem a possibilidade de construção de barragens e usinas hidrelétricas que podem atender às crescentes demandas de energia do Brasil e de outros países da região. Um dos principais desafios é encontrar um equilíbrio entre a necessidade de desenvolvimento energético e a conservação ambiental.

A construção de grandes represas, por exemplo, pode resultar em impactos significativos no ecossistema amazônico, incluindo o desmatamento, a alteração dos cursos de água e a fragmentação de habitats. De acordo com Fearnside (2015), o Plano Decenal de Expansão Energética 2011-2020 previa a construção na região da Amazônia Legal brasileira de 30 novas grandes barragens, porém o grande número de construções de represas hidrelétricas trazem também impactos ambientais e sociais significativos, às populações locais que residem onde são construídas as hidrelétricas são as que recebem o maior custo negativo das empreitadas- enquanto os benefícios beneficiam os centros

urbanos e interesses privados. A construção de usinas hidrelétricas e a expansão de infraestruturas energéticas podem deslocar essas populações de suas terras tradicionais, prejudicando suas formas de vida e afetando negativamente suas culturas e subsistência.

Podemos citar a integração regional como umas das iniciativas que mais impulsionaram o desenvolvimento da questão energética na região Amazônica. Com a criação e participação do Brasil em diversas iniciativas regionais e multilaterais, observamos ações mais estratégicas economicamente que iam além da visão militar de fronteira (Coelho *et al.*, 2010).

Sob outra perspectiva, a questão energética na Amazônia também pode oferecer oportunidades como o desenvolvimento de fontes de energia renovável e como a energia solar, eólica e de biomassa, podendo assim reduzir a dependência de projetos hidrelétricos controversos. Além disso, a região pode se beneficiar de programas de conservação e uso sustentável dos recursos naturais, gerando empregos e promovendo o desenvolvimento econômico local, ao mesmo tempo que preserva seu valor ecológico. Entretanto, o potencial ecológico e renovável que a região possui não parece ser explorado pelo estado brasileiro, assim como exposto por Freitas e Freitas (2018), 60% da energia fornecida no país é oriunda de hidrelétricas e, entre as 10 maiores usinas em território brasileiro, 4 (Belo Monte, Tucuruí, Jirau e Santo Antônio) estão em território amazônico. O baixo investimento público e privado em alternativas renováveis e limpas demonstra a falta de interesse por parte do estado brasileiro em uma substituição das hidrelétricas já presentes no país (Freitas; Freitas, 2018).

A participação de atores transnacionais na Amazônia remontam à década de 1970, quando pautas ambientalistas ganharam mais destaque no debate público e foram defendidas por meio de ativistas além-fronteiras, passando a defender um ideal de “desenvolvimento sustentável” em busca de mitigar os impactos socioambientais e criar uma coordenação entre os segmentos da sociedade a fim de atingir este objetivo (Zhour, 2006).

Andréa Zhour (2000) aponta duas pautas principais adotadas por organizações não governamentais internacionais com participação de ativistas, em grupos que seguem tendências nomeadas de “Árvores” e “Gente”, a depender do foco dos grupos. A primeira concerne à proteção ambiental, tendo como exemplo o combate à importação

britânica da árvore *mahogany* (mogno) considerada nobre devido a sua raridade, sendo encontrada em regiões habitadas por povos indígenas. Os ativistas inclinados à questão de “Gente” enfatizam questões sociais e de desenvolvimento, como a demarcação de território indígena e a reforma agrária.

Nesse contexto, as diversas problemáticas se inserem de modo a abranger tanto pautas ambientalistas quanto sociais de desenvolvimento, sendo de interesse para grupos variados de ativistas e também outros tipos de instituições, como regimes de Organizações Internacionais. No ano de 2021, a Agência dos Estados Unidos para Desenvolvimento Internacional (USAID), em parceria com o Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crimes (UNODC), firmou um projeto de combate aos crimes de conservação transnacional na Amazônia, a fim de defender a vida selvagem e combater transgressões por parte dos setores madeireiros, de mineração e pesqueiro (UNODC, 2021).

Ainda em 2021, a Organização das Nações Unidas (ONU) incluiu a região amazônica em sua iniciativa global para promover fontes limpas de energia até 2030, resultado do pacto de energia formado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e a Eletrobras. Esse compromisso foi anunciado no Diálogo de Alto Nível sobre Energia da ONU, onde se destacou a necessidade de descarbonização na Amazônia, alinhando-se aos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) e aos Acordos de Paris.

Nesse contexto, o BNDES e a Eletrobras estabeleceram o "Pacto de Energia" (*Energy Compacts*), uma parceria que visa impulsionar a transição energética na região. Este pacto foi formalizado como resposta ao chamado da ONU e busca explorar soluções para substituir a geração de energia a diesel por fontes limpas nos Sistemas Isolados da Amazônia, onde mais de 90% da capacidade energética instalada atualmente é proveniente de térmicas a diesel (BNDES, 2021).

Durante o evento da ONU, a Agenda 2030 foi promovida por meio de metas e objetivos energéticos de acordo com os ODS, viabilizando a projeção de soluções, investimentos e parcerias para este fim, além do incentivo de integração de outras instituições transnacionais interessadas na aceleração da transição energética, buscando traçar políticas públicas e metas específicas para a descarbonização amazônica.

CONCLUSÃO

Esse trabalho buscou por meio das experiências e de pesquisas anteriores em políticas públicas, verificar o processo de internacionalização da Amazônia, identificando a entrada de atores estrangeiros privados e públicos no território e como esses atores influenciam nas políticas públicas nacionais. A soberania, princípio importante para qualquer nação, sofre interferência devido às pressões externas, permitindo que decisões domésticas possam prejudicar a vida da sociedade civil local, que tem de arcar com o ônus dos efeitos de políticas que afetam o meio ambiente e a vida econômica e social.

A Amazônia, rica em biodiversidade, possui uma capacidade energética enorme, conseguindo produzir energia por meio de hidrelétricas, ou extraíndo petróleo e gás. Esses fatores atraem os interesses de empresas estrangeiras, que buscam lucros em uma região sem grandes conflitos. Contudo, em muitos casos, isso acontece com a flexibilização ambiental e o deslocamento de povos originários, o que seria proibido pela Constituição Federal de 1988, ferindo a soberania do país.

Em suma, a influência dos atores transnacionais vem crescendo e influenciando a dinâmica na região. Hoje, a região é composta por atores privados e públicos, Organizações Não Governamentais e órgãos públicos nacionais e internacionais, cada um defendendo seus interesses. Além das empresas petrolíferas, existem quatro hidrelétricas (Belo Monte, Tucuruí, Jirau e Santo Antônio) na região que contribuem significativamente para o fornecimento de energia para o país. O setor de energia é considerado estratégico para a sobrevivência de qualquer nação e por isso deve ter uma atenção da sociedade civil e dos militares brasileiros.

NOTAS

¹ Graduanda em Relações Internacionais pela Universidade Federal da Paraíba. E-mail: ana.luiza4@academico.ufpb.br.

² Graduando em Relações Internacionais pela Universidade Federal da Paraíba. E-mail: gsf2@academico.ufpb.br.

³ Graduando em Relações Internacionais pela Universidade Federal da Paraíba. E-mail: luis.barros@academico.ufpb.br.

REFERÊNCIAS

BNDES. **BNDES firma Pacto de Energia da ONU para descarbonização na Amazônia.**

2021. Disponível em:

<https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/imprensa/noticias/conteudo/bndes-firma-pacto-de-energia-da-onu-para-descarbonizacao-na-amazonia>. Acesso em: 04 nov. 2023.

CARVALHO, Luiz Carlos Cabral. **Logística de abastecimento de derivados de petróleo na região de influência da refinaria instalada em Manaus:** estudo de viabilidade.

Universidade Federal de Santa Catarina. Dissertação. 2002. Disponível em:

<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/83947/195521.pdf?sequence=1>. Acesso em: 04 nov. 2023.

COELHO, Maria *et al.* Questão energética na Amazônia: disputa em torno de um novo padrão de desenvolvimento econômico e social. **Novos Cadernos NAEA**, [S.l.], v. 13, n. 2, abr. 2011. ISSN 2179-7536. Disponível em:

<https://periodicos.ufpa.br/index.php/ncn/article/view/475>. Acesso em: 03 nov. 2023.
doi:<http://dx.doi.org/10.5801/ncn.v13i2.475>.

ESCOBAR, Arturo. **La invención del Tercer Mundo:** construcción y deconstrucción del desarrollo. Caracas: Fundación Editorial El Perro y La Rana, 2007. p. 7-100 e 355-379.

FEARNSIDE, Philip M. Desenvolvimento hidrelétrico na Amazônia. Hidrelétricas na Amazônia: impactos ambientais e sociais na tomada de decisões sobre grandes obras, **INPA**, v. 1, p. 9-33, 2015. Disponível em:

https://repositorio.inpa.gov.br/bitstream/1/4684/1/hidreletricas_na_Amazonia_v1.pdf. Acesso em: 06 nov. 2023.

FREITAS, Fernanda. **Dia da Amazônia:** entenda como o desmatamento tem afetado a região nos últimos anos. Exame. 2023. Disponível em:

<https://exame.com/esg/dia-da-amazonia-entenda-como-o-desmatamento-tem-afetado-a-regiao-nos-ultimos-anos/>. Acesso em: 01 dez. 2023.

FREITAS, Josenildo da Silva; FREITAS, Josimar da Silva. Matriz energética amazônica: convencional ou renovável?. **Observatorio de la Economía Latinoamericana**, 2018. Disponível em:

<https://www.eumed.net/rev/oel/2018/12/matriz-energetica-amazonica.html>. Acesso em: 07 nov. 2023.

GUMIERO, R. G. Momentos da trajetória do Estado na Amazônia: preâmbulo entre o modelo de integração econômica e os investimentos setoriais do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte e do Fundo de Desenvolvimento da Amazônia em Carajás, Pará. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v. 24, p. e202245, 2022.

Disponível em: <https://rbeur.anpur.org.br/rbeur/article/view/7013>. Acesso em: 04 nov. 2023.

JÚNIOR, José Maria de Souza. O lugar das organizações internacionais no sistema internacional: ideias, governança e transnacionalismo. **Conjuntura Global**, v. 5 n. 2, mai./ago., 2016, p. 253 -270. Acesso em: 06 nov. 2023.

MME. **Comentário ao conteúdo do relatório do REATE**. 2017. Disponível em: https://antigo.mme.gov.br/documents/36212/928821/participacao_pdf_.pdf/0cfc4060-c343-6ea2-917b-a0f12ee89402. Acesso em: 02 nov. 2023.

MONTEIRO, Maurílio de Abreu. Mineração industrial na Amazônia e suas implicações para o desenvolvimento regional. **Novos Cadernos NAEA**, Belém, v. 8, n. 1, p. 141-187, 2005. Disponível em: <http://www.periodicos.ufpa.br/index.php/ncn/article/view/50/46>. Acesso em: 06 nov. 2023.

PASTORE, José. **Investimentos em infraestrutura geram empregos em grande escala**. FecormecioSP. 2022. Disponível em: <https://www.fecomercio.com.br/noticia/investimentos-em-infraestrutura-geram-empregos-em-grande-escala>. Acesso em: 02. dez. 2023.

PRATES, Rodolfo Coelho; BACHA, Carlos José Caetano. Os processos de desenvolvimento e desmatamento da Amazônia. **Economia e Sociedade**, v. 20, p. 601-636, 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rdgv/a/ZyVGJ6BMxCSJg5txXF7vzLv/?format=html&lang=p>. Acesso em: 05 nov. 2023.

MENDOZA, Pablo Farjado. O rastro de destruição das Transnacionais na América Latina. **Fundação Rosa Luxemburgo**, n. 07, 2016. Disponível em: https://rosalux.org.br/wp-content/uploads/2016/11/ponto_debate_ed7_links.pdf. Acesso em: 02 nov. 2023.

SHELL BRASIL. **Shell Formaliza Parceria Com Inpa E Krilltech Para Desenvolver Soluções De Recuperação Em Áreas Degradadas Na Amazônia**. 2022. Disponível em: <https://www.shell.com.br/imprensa/comunicados-para-a-imprensa-2022/shell-formaliza-parceria-com-inpa-e-krilltech-para-desenvolver-solucoes-de-recuperacao-em-areas-degradadas-na-amazonia.html>. Acesso em: 03 nov. 2023.

SVAMPA, M. As fronteiras do neoextrativismo na América Latina: conflitos socioambientais, giro ecoterritorial e novas dependências. São Paulo: Elefante, 2019.

THIEL, M. **Transnational actors**. Oxford Research Encyclopedia of International Studies, pp. 1-22, 2017.

UNODC **vai apoiar combate a crimes de conservação transnacionais na Amazônia**. 2021. Disponível em: <https://www.unodc.org/lpo-brazil/pt/frontpage/2021/05/agencia-da-onu-combate-crimes-de-conservacao-transnacionais-na-amazonia.html>. Acesso em: 06 nov. 2023.

ZHOURI, Andrea. O ativismo transnacional pela Amazônia: entre a ecologia política e o ambientalismo de resultados. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 12, n. 25, p. 139-169, jan./jun. 2006.

ZHOURI, A. Transnational campaigns for the Amazon: NGO strategies, trade and official responses. **Ambiente & Sociedade**, ed. 6-7, p. 31-63, 2000. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1414-753X2000000100003>. Acesso em: 06 nov. 2023.